

ATUALIZAÇÕES – Leg. De Dir. Administrativo MAXILETRA

MARÇO/2024

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
ADM MAXILETRA	Decreto nº 8.726/2016	Alterar e inserir redação e nota	

Art. 2º ...

...

II – ...

§ 1º O termo de fomento será adotado para a consecução de parcerias cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

§ 2º O termo de colaboração será adotado para a consecução de parcerias cuja concepção seja da administração pública federal, com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas pela administração pública federal.

► §§ 1º e 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 3º A celebração de termo de fomento ou termo de colaboração será precedida de chamamento público, exceto nas hipóteses previstas nos § 3º e § 5º do art. 8º.

► § 3º acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 3º...

...

Art. 4º A administração pública federal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 6º As normas complementares necessárias à execução do disposto no art. 5º serão editadas pelo titular da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I a VII – *Revogados*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§§ 1º e 2º *Revogados*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 8º ...

...

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 13.019, de 2014, desde que as propostas sejam apresentadas pelo autor da emenda com a indicação de beneficiários e a ordem de prioridade.

► § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 9º ...

...

VII – ...

VIII – os parâmetros para apresentação, no plano de trabalho, das medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e pessoas idosas a serem adotadas, de acordo com as características do objeto da parceria e os regulamentos aplicáveis;

IX – as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

► Incisos VIII e IX com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

X – o tipo de parceria a ser celebrada – termo de fomento, termo de colaboração ou acordo de cooperação, com indicação da legislação aplicável; e

XI – o roteiro para a elaboração da proposta, que poderá constituir esboço de plano de trabalho.

► Incisos X e XI com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública federal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

§ 2º Os critérios de julgamento de que trata o inciso IX do *caput* deverão abranger, no mínimo, o grau de adequação da proposta:

I – aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria; e

II – ao valor de referência ou teto constante do edital.

§ 3º Os critérios de julgamento não poderão se restringir ao valor apresentado para a proposta, observado o disposto no § 5º do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 4º Para a celebração de parcerias, poderão ser privilegiados critérios de julgamento qualitativos, como inovação, criatividade, territorialidade e sustentabilidade, conforme previsão no edital.

§ 5º O edital não exigirá, como condição para a celebração de parceria, que as organizações da sociedade civil possuam certificação ou titulação concedida pelo Estado.

► §§ 4º e 5º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 6º O edital poderá incluir cláusulas e condições específicas da execução da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria e poderá estabelecer execução por público determinado, delimitação territorial, pontuação diferenciada, cotas, entre outros, visando, especialmente, aos seguintes objetivos:

I – redução nas desigualdades sociais e regionais;

II – promoção da igualdade de gênero, racial, étnica, de direitos de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e outras – LGBTQIA+ ou de direitos de pessoas com deficiência;

III – promoção de direitos de indígenas, de quilombolas e de povos e comunidades tradicionais;

IV – promoção de direitos de quaisquer populações em situação de vulnerabilidade social ou ambiental; ou

► Incisos II a IV com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

V – promoção da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa.

► Inciso V acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 7º O edital de chamamento público deverá conter dados e informações sobre a política, o plano, o programa ou a ação em que se insira a parceria para orientar a elaboração das metas e indicadores da proposta pela organização da sociedade civil.

§ 8º O órgão ou a entidade da administração pública federal deverá assegurar que o valor de referência ou o teto indicado no edital seja compatível com o objeto da parceria, o que pode ser realizado por qualquer meio que comprove a estimativa do valor especificado.

§ 9º *Revogado*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 10. O edital de chamamento público, o acordo de cooperação, o termo de colaboração, o termo de fomento ou os respectivos termos aditivos deverão ser elaborados conforme minutas padronizadas da Advocacia-Geral da União.

§ 11. O órgão ou a entidade da administração pública federal poderá sugerir à Advocacia-Geral da União alterações e adequações das minutas padronizadas.

§ 12. Na construção das diretrizes e dos objetivos constantes nos editais de chamamento público, os órgãos e as entidades da administração pública federal assegurarão, sempre que possível, a participação social.

§ 13. Durante a fase de inscrições do chamamento público, o órgão ou a entidade da administração pública federal poderá orientar e esclarecer as organizações da sociedade civil sobre a inscrição e a elaboração de propostas, por meio da realização de atividades formativas, do estabelecimento de canais de atendimento e de outras ações.

► §§ 10 a 13 acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 10. ...

§ 1º A administração pública federal disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação dos editais de chamamento público, especialmente nos casos de parcerias que envolvam indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais sujeitos a restrições de acesso à informação pelos meios tradicionais de comunicação.

► Parágrafo único transformado em § 1º e com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º A administração pública federal poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

► § 2º acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 11 ...

Art. 11-A. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para a celebração de parceria.

► Artigo acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 12. A administração pública federal poderá optar pela exigência de contrapartida em bens e serviços somente na hipótese de celebração de parceria com valor global superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante justificativa técnica.

Parágrafo único. A expressão monetária de contrapartida será identificada no termo de fomento ou de colaboração, não podendo ser exigido o depósito do valor correspondente.

► Art. 12 com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 12-A. A organização da sociedade civil poderá oferecer contrapartida voluntária, financeira ou em bens e serviços, independentemente do valor global da parceria.

Parágrafo único. A oferta de contrapartida voluntária não poderá ser exigida como requisito para a celebração de parceria ou avaliada como critério de julgamento em chamamento público.

► Art. 12-A acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 13. ...

...

§ 4º A comissão de seleção de que trata o *caput* poderá incluir representantes da sociedade civil, indicados, preferencialmente, pelo conselho gestor da respectiva política pública, observadas as hipóteses de impedimento previstas no art. 14.

§ 5º O número de representantes da sociedade civil não será superior à metade do número total de membros da comissão de seleção.

§ 6º A participação na comissão de seleção será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

► §§ 4º a 6º acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 14. ...

I – participa ou tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público;

II – seu cônjuge, seu companheiro ou qualquer parente seu em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, participa ou tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público;
ou

► Incisos I e II com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

III – sua atuação no processo de seleção configura conflito de interesse, nos termos do disposto na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

► Inciso III acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º...

...

Art. 18. ...

...

§ 1º...

§ 1º-A Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

► § 1º-A acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º...

...

Art. 21. A cláusula de vigência de que trata o inciso VI do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, deverá estabelecer prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda dez anos.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Parágrafo único. O período total de vigência poderá excepcionalmente ser superior ao limite previsto no *caput* quando houver decisão técnica fundamentada da administração pública federal que, sem prejuízo de outros elementos, reconheça:

► *Caput* do parágrafo único com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – a excepcionalidade da situação fática; e

II – o interesse público no prazo maior da parceria.

► Incisos I e II acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 22...

...

Art. 23. A titularidade dos bens remanescentes de que trata o inciso X do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, será da organização da sociedade civil, exceto se o instrumento de parceria celebrado dispuser que a titularidade será do órgão ou da entidade pública federal.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I e II – *Revogados*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º Para fins da exceção prevista no *caput*:

► *Caput* do § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – será considerada a necessidade de assegurar a continuidade do objeto pactuado, por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública federal; e

II – a organização da sociedade civil disponibilizará, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, os bens para a administração pública federal, e esta deverá retirá-los no prazo de sessenta dias, após o qual a organização da sociedade civil não mais será responsável pelos bens.

► Incisos I e II acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º...

§ 3º Na hipótese em que a titularidade seja da organização da sociedade civil, a cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes poderá prever que a organização da sociedade civil possa realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada a sua utilidade para a realização ou a continuidade de ações de interesse social.

► § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 4º Na hipótese em que a titularidade seja da organização da sociedade civil e a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá da organização da sociedade civil, observados os seguintes procedimentos:

► *Caput* do § 4º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 5º ...

I – os bens remanescentes serão retirados pela administração pública federal no prazo de noventa dias, contado da data de notificação da dissolução, na hipótese em que a titularidade seja do órgão ou da entidade pública federal; ou

II – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos será computado no cálculo do valor a ser ressarcido, na hipótese em que a titularidade seja da organização da sociedade civil.

► Incisos I e II com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 6º Nas hipóteses em que as parcerias forem realizadas com organizações da sociedade civil certificadas como entidade beneficente de assistência social, a doação de que trata o § 3º poderá ser realizada para qualquer organização da sociedade civil, independentemente de certificação.

§ 7º Na hipótese de dissolução de organização da sociedade civil parceira certificada como entidade beneficente de assistência social, a destinação dos bens de sua titularidade observará o disposto no inciso VIII do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

► §§ 6º e 7º acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 25. ...

...

VII –...

§ 1º A previsão de receitas e a estimativa de despesas de que trata o inciso V do *caput* virá acompanhada da comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado, exceto quanto a encargos sociais e trabalhistas, por meio de um dos seguintes elementos indicativos, sem prejuízo de outros:

► *Caput* do § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – contratação similar ou parceria da mesma natureza concluída nos últimos três anos ou em execução;

II – ata de registro de preços em vigência adotada por órgãos e entidades públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios da região onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;

III – tabela de preços de associações profissionais;

IV – tabela de preços referenciais da política pública setorial publicada pelo órgão ou pela entidade da administração pública municipal da localidade onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;

V – pesquisa publicada em mídia especializada;

VI – sítio eletrônico especializado ou de domínio amplo, desde que acompanhado da data e da hora de acesso;

VII – Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br;

VIII – Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

IX – cotação com três fornecedores ou prestadores de serviço, que poderá ser realizada por item ou agrupamento de elementos de despesas;

X – pesquisa de remuneração para atividades similares na região de atuação da organização da sociedade civil; ou

XI – acordos e convenções coletivas de trabalho.

► Incisos I a XI acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º A indicação das despesas no plano de trabalho poderá considerar estimativa de variação inflacionária quando o período de vigência da parceria for superior a doze meses, desde que haja previsão no edital e a indicação do índice adotado.

► § 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 3º O plano de trabalho de que trata o *caput* será elaborado em diálogo técnico com a administração pública federal, por meio de reuniões e comunicações oficiais, observadas:

► *Caput* do § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – as exigências previstas no edital;

II – a concepção da proposta apresentada na fase de chamamento público; e

III – as necessidades da política pública setorial.

► Incisos I a III acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 4º *Revogado*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 5º...

Art. 26. ...

...

III – ...

a) instrumentos de parceria, inclusive executados em rede, firmados com órgãos e entidades da administração pública, entes estrangeiros, entidades e organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

► Alínea a com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas, entes estrangeiros ou entidades ou organismos de cooperação internacional; ou

► Alínea e com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 3º A critério da organização da sociedade civil, os documentos previstos nos incisos IV e V do *caput* poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

► § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 4º...

§ 5º A organização da sociedade civil deverá manter seus dados cadastrais atualizados no Transferegov.br ou em plataforma eletrônica que venha a substituí-lo.

► § 5º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 29. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública federal deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o CAUC para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º...

...

Art. 33. ...

...

§ 2º Os recursos serão aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

► § 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 3º O atraso na liberação das parcelas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração e se este perdurar:

I – por mais de trinta dias, a organização da sociedade civil poderá suspender as atividades até a regularização do desembolso; ou

II – por mais de sessenta dias, a organização da sociedade civil poderá rescindir a parceria firmada, garantindo-se acerto final com liberação de recursos proporcional a eventual alocação de recursos próprios da entidade.

► § 3º acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 34...

...

Art. 36. ...

§ 1º ...

I – ...

II – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares,

relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento ou de colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública federal quanto à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.

► Inciso II com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º...

§ 3º Se o valor efetivo da compra ou da contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração do relatório de que trata o art. 56, quando for o caso, observado o disposto no § 4º do art. 43.

► § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 4º...

Art. 37. ...

§ 1º A organização da sociedade civil deverá efetuar os pagamentos das despesas na plataforma Transferegov.br, dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas.

► § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º...

Art. 38. ...

§ 1º A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento ocorrerá na plataforma Transferegov.br, por meio da funcionalidade "Ordem de Pagamento de Parceria – OPP" ou por outros meios de pagamento disponibilizados na referida plataforma.

► § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I a III – *Revogados*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º O crédito de valores poderá ser realizado em conta corrente de titularidade da própria organização da sociedade civil, mediante justificativa, nas seguintes hipóteses:

► *Caput* do § 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP ou por outros meios de pagamento disponíveis na plataforma Transferegov.br;

II – ressarcimento à organização da sociedade civil por pagamentos realizados às próprias custas, decorrentes de atrasos na liberação dos recursos pela administração pública federal; ou

III – ressarcimento de despesas sujeitas a rateio, proporcionalmente à parceria, relativas aos custos operacionais e administrativos pagos com recursos próprios da organização da sociedade civil.

► Incisos I a III acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 3º O termo de fomento ou o termo de colaboração poderá admitir a dispensa da exigência do disposto no *caput* e possibilitar a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento por meio de transferência eletrônica, devidamente justificada pela organização da sociedade civil no plano de trabalho.

► § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, a impossibilidade de pagamento por meio de transferência eletrônica poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

► *Caput* do § 4º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – o objeto da parceria;

II – a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou

III – a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

► Incisos I a III acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 5º Considerado o período de vigência total da parceria, os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por beneficiário, ressalvada disposição específica na forma prevista no § 6º.

§ 6º Ato do Ministro de Estado ou do dirigente máximo da entidade da administração pública federal disporá sobre os critérios e os limites para a autorização do pagamento em espécie.

§ 7º Os pagamentos realizados na forma prevista nos § 2º, § 3º e § 4º não dispensam o registro do beneficiário final da despesa na plataforma Transferegov.br.

► §§ 5º a 7º acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 39. As organizações da sociedade civil poderão realizar quaisquer despesas necessárias à execução do objeto previstas no plano de trabalho, incluídos:

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – a aquisição de bens permanentes, essenciais à concepção do objeto;

II – os serviços comuns de engenharia para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos equipamentos e dos materiais essenciais à execução do objeto;

III – a aquisição de soluções e ferramentas de tecnologia da informação e da comunicação, incluídos equipamentos periféricos, ferramentas e soluções de apoio à tecnologia, e os serviços de implantação ou de manutenção periódica, necessários para o funcionamento das referidas aquisições;

IV – os custos indiretos de que trata o inciso III do *caput* do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, como despesas com internet, transporte, combustível, aluguel, telefone, consumo de água, energia e gás, obtenção de licenças e despesas de cartório, remuneração de serviços contábeis, assessoria jurídica, assessoria de comunicação e serviços gráficos; e

V – o custo para a elaboração de proposta apresentada no âmbito do chamamento público, no montante de até cinco por cento do valor global do instrumento, limitado a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

► Incisos I a V acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º As multas, os juros ou as correções monetárias referentes a pagamentos ou a recolhimentos realizados fora dos prazos pela organização da sociedade civil poderão ser pagos com recursos da parceria, desde que decorrentes de atraso da administração pública federal na liberação de parcelas de recursos financeiros.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, poderá haver:

I – a redução proporcional de metas, formalizada nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 43;

II – a utilização dos rendimentos de aplicações financeiras, formalizada nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 43; ou

III – o aumento do valor global da parceria, formalizado nos termos do disposto no inciso I do *caput* do art. 43.

§ 3º As organizações da sociedade civil deverão ser restituídas pelos pagamentos realizados às suas próprias custas, desde que decorrentes de atraso da administração pública federal na liberação de parcelas de recursos financeiros.

§ 4º É vedado o pagamento de despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à vigência estabelecida pelo termo de fomento ou pelo termo de colaboração, exceto na hipótese prevista no inciso V do *caput*.

► §§ 1º a 4º acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 40....

...

Art. 42. ...

...

II – sejam compatíveis com o valor de mercado na região correspondente a sua área de atuação e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo federal.

► Inciso II com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá inserir na plataforma Transferegov.br a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, nos termos do disposto no § 2º do art. 56, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

► § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 3º...

§ 3º-A A organização da sociedade civil poderá manter retido ou provisionado o valor referente às verbas rescisórias de que trata o *caput*, na hipótese de o vínculo trabalhista perdurar após a prestação de contas final.

► § 3º-A acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 43. ...

I – ...

a) ampliação de até cinquenta por cento do valor global;

► Alínea a com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 3º...

§ 4º Fica dispensada a autorização prévia nas hipóteses de alteração do plano de trabalho para o remanejamento de recursos de que trata a alínea c do inciso II do *caput* em percentual de até dez por cento do valor global da parceria.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, caberá à organização da sociedade civil encaminhar comunicação posterior à administração pública federal para a realização de apostilamento.

► §§ 4º e 5º acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 44...

...

Art. 46. ...

§ 1º O termo de atuação em rede especificará direitos e obrigações recíprocas e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela organização da sociedade civil executante e não celebrante e, quando for o caso, o valor a ser repassado pela organização da sociedade civil celebrante.

► § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 4º ...

...

IV – declaração do representante legal da organização da sociedade civil executante e não celebrante de que não possui impedimento no CEPIM, no CEIS e no CAUC.

► Inciso IV com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§5º...

...

Art. 50. ...

...

III – seu cônjuge, seu companheiro ou qualquer parente seu em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, participa ou tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil monitorada.

► Inciso III com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 51. ...

...

§ 2º O termo de fomento ou de colaboração deverá prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto a serem realizados pelo órgão ou pela entidade da administração pública federal e, no que couber, pelas instâncias de controle social da política.

► § 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 3º...

§ 4º *Revogado*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 51-A. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será produzido na forma prevista do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 1º Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de trinta dias:

I – sanar a irregularidade;

II – cumprir a obrigação; ou

III – apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou do cumprimento da obrigação.

§ 2º O gestor avaliará o cumprimento do disposto no § 1º e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme for o caso.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

I – caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;

b) a retenção das parcelas dos recursos, nos termos do disposto no art. 34; ou

c) a realização de nova atividade para fins de alcance de metas; ou

II – caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea a no prazo determinado.

§ 4º O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada na forma do art. 49, que o homologará, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de seu recebimento.

§ 5º O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação.

§ 6º As sanções previstas no Capítulo VIII poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas nos termos do disposto no § 5º.

► Art. 51-A acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 55. Para fins de prestação de contas, a organização da sociedade civil deverá apresentar relatório de execução do objeto, na plataforma Transferegov.br, que conterá:

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas ou a justificativa para o não atingimento conforme o disposto no § 4º;

► Inciso I com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 1º ...

I – ...

II – do grau de satisfação do público-alvo; e

► Inciso II com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 3º O órgão ou a entidade da administração pública federal dispensará a observância ao disposto no § 1º quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, justificadamente, de ofício ou mediante solicitação da organização da sociedade civil.

► § 3º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 4º...

§ 5º Nas hipóteses em que não tiver sido realizada pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração de entidade pública ou privada local, manifestação do conselho setorial ou outro documento que exponha o grau de satisfação do público-alvo.

► § 5º acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 56. A administração pública federal extrairá relatório de execução financeira da plataforma Transferegov.br, nas hipóteses de descumprimento injustificado do alcance das metas ou quando houver indício de ato irregular.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I a VI – *Revogados*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º O relatório de execução financeira deverá conter:

► Parágrafo único transformado em § 1º e com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II – o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III – o extrato da conta bancária específica;

IV – a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V – a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI – cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com a data do documento, o valor, os dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e a indicação do produto ou serviço.

► Incisos I a VI acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 2º A memória de cálculo a que se refere o inciso IV do § 1º, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 3º A análise dos dados financeiros de que trata o § 2º do art. 64 da Lei nº 13.019, de 2014, será realizada nas hipóteses de que trata este artigo.

► §§ 2º e 3º acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Arts. 60 e 61. *Revogados*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 66. ...

...

§ 2º A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá:

► *Caput* do § 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

II – na análise de que trata o art. 57, quando o valor da irregularidade for de pequeno vulto, exceto se houver comprovada má-fé.

► Incisos I e II acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 3º...

...

Art. 69. O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública federal deverá ser estabelecido no instrumento da parceria e será de até cento e cinquenta dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinada.

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º...

...

Art. 70...

...

CAPÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES E DAS SANÇÕES

► Capítulo VIII renomeado pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 71. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública federal poderá:

► *Caput* com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

I – celebrar termo de ajustamento de conduta com a organização da sociedade civil; e

► Inciso I com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

II – aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

► *Caput* do inciso II com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

a) advertência;

b) suspensão temporária; e

c) declaração de inidoneidade.

► Alíneas a a c acrescidas pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

III – *Revogado*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II do *caput*, é facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

► § 1º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

§ 6º...

§ 7º As sanções serão registradas no CEPIM, disponível no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal.

§ 8º Ato conjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Controladoria-Geral da União estabelecerá o procedimento para a celebração do termo de ajustamento de conduta de que trata o inciso I do *caput*.

► §§ 7º e 8º acrescidos pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 73. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a organização da sociedade civil deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no SIAFI e no Transferegov.br, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

► Artigo com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 76. ...

...

§ 2º A Secretaria-Geral da Presidência da República manterá plataforma eletrônica para receber, a qualquer tempo, propostas de abertura de PMIS apresentadas pelas organizações da sociedade civil, pelos movimentos sociais e pelos cidadãos e dará conhecimento aos órgãos e às entidades públicas federais potencialmente interessados nas proposições de parceria.

► § 2º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 81. ...

...

§ 4º O Portal da Transparência, de que trata o Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, e o Mapa das Organizações da Sociedade Civil deverão conter atalhos recíprocos para os respectivos sítios eletrônicos oficiais.

► § 4º com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

...

Art. 89. O acesso aos sistemas de que trata o art. 80 da Lei nº 13.019, de 2014, ocorrerá mediante a celebração de termo de adesão junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

► Artigo com a redação dada pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 90. *Revogado*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

Art. 91. ...

...

§ 7º *Revogado*. Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.

§ 8º Na hipótese de parcerias firmadas antes da entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, que estejam em fase de análise de prestação de contas em 12 de março de 2024, a administração pública federal poderá aplicar os seguintes critérios para avaliação das contas e do eventual ressarcimento:

I – possibilidade de o parecer técnico e a decisão final referente à prestação de contas concluírem pela aprovação das contas ou pela aprovação com ressalvas quando comprovado o integral cumprimento do objeto da parceria, sem a necessidade de análise da documentação financeira, desde que não exista indício de irregularidade; ou

II – possibilidade de ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do disposto no § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014, observadas as exigências previstas no art. 68 deste Decreto.

► § 8º acrescido pelo Dec. nº 11.948, de 12-3-2024.